

XXII ENACED – II SIEPEC

Eixo Temático: Educação Profissional e Tecnológica

**POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS GOVERNOS DO ESTADO RS:
uma análise de cinco décadas.**

Mareliza Fagundes de Araujo Duarte¹
Mariglei Severo Maraschin²

RESUMO

O estudo tem como objetivo analisar as propostas e as ações dos governos do Estado do Rio Grande do Sul, para a Educação Profissional, no período compreendido entre os anos de 1971 a 2021. Utilizou-se da Pesquisa Documental em documentos denominados *Plano de Governo e Mensagem à Assembleia Legislativa*, ambos obrigatórios a todos os governos estudados. A problematização da pesquisa é de como se configuram as propostas e ações dos governos do Estado do Rio Grande do Sul para Educação Profissional, no período compreendido entre os anos de 1971 a 2021? A investigação contou com os objetivos específicos: historicizar a política de EPT no Brasil e no RS; contextualizar as propostas e as ações do governo do Estado no que se refere à Educação Profissional no RS, no período de 1971 a 2021 e, por fim, compreender como se constituiu a política educacional e a oferta de Educação Profissional no período pesquisado. Conclui-se que a Educação Profissional foi ofertada na Rede Estadual de Ensino nos Governos de Euclides Triches (1971) a Eduardo Leite (2021), seja em forma de projetos e ou de programas, com recursos de verbas federais ou do Tesouro do Estado. A Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, foi referência nos últimos 50 anos de governo como oferta da Educação Profissional. Não se localizou, nos documentos estudados, uma política própria para a Educação Profissional. Portanto, comprovou-se que a EP na Rede Estadual ora tem propostas nos planos de governo, ora aparecem dados de crescimento nas mensagens, ou seja, é uma política constante, contraditória e ligada às propostas e concepções dos partidos políticos; que avança ou apenas está lá sendo ofertada e seguindo a política dos governos federais.

Palavras-chave: Educação Profissional; Governo do RS; Política Educacional; Rede Estadual de Educação;

¹ Mestranda no PPGEPT – UFSM/CTISM, marelizaduarte2017@gmail.com.

² Professora Orientadora no PPGEPT – UFSM/CTISM, mariglei@ctism.ufsm.br.

XXII ENACED – II SIEPEC

INTRODUÇÃO

A pesquisa, sob o título - Política de Educação Profissional nos Governos do Estado do RS: uma análise de cinco décadas, é uma análise de abordagem qualitativa, através da Pesquisa Documental, vinculada aos grupos de pesquisa Transformação - Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Trabalho Pedagógico na Educação Profissional e Kairós - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Educação e Políticas Públicas.

Em se tratando de Rio Grande do Sul, Ferreira (2020) em - *Considerações sobre a Educação Profissional Contemporânea*, observa uma “diferença entre a Educação Profissional da classe trabalhadora e do ensino propedêutico, acirrando a separação entre quem executa e quem gerencia, planeja ou regula o trabalho” (2000, p.31). Sobre a abordagem nos créditos da autora:

Para aqueles, seria ofertada uma “formação prática” restrita a aprender tarefas, sem necessariamente, fundamentos para tanto (SAVIANI, 2007a, p. 159). Em contrapartida e diferentemente, para os “gerentes”, ou seja, para os que pensam e planejam o trabalho, uma ampla fundamentação teórica, para que deles se sobressaísse a classe dirigente da sociedade (FERREIRA, 2020, p. 31).

Observa Ferreira, (2020, p. 34) que no “Estado gaúcho e no país, território ampliado, uma política educacional orientadora da Educação Profissional e Tecnológica para a Educação para o trabalho”, ou seja, restringindo à Educação de trabalhadores que “[...] habilite o cidadão e lhe dê empregos, a uma profissão, tornando-o apenas mero ‘empregável’ disponível no mercado de trabalho sob os desígnios do capital em sua nova configuração” (FERREIRA, 2020, p. 34).

Vários questionamentos foram realizados com relação ao tema proposto -Política Educacional, na Educação Profissional, na Rede Estadual de Educação do RS: as propostas dos candidatos ao governo do Estado do RS contemplam a Educação Profissional; se afirmativa, havendo esta oferta da Educação Profissional para as escolas da Rede Estadual do RS, como foi construída no período analisado; as prestações de contas dos governos apontam a Educação Profissional e os programas e as ações para oferta na Rede Estadual de Ensino; eleito um novo Governo Estadual, há continuidade na Política Educacional, se caso exista em

Encontro Nacional de Educação (ENACED) e Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)

XXII ENACED – II SIEPEC

execução, ou é uma nova proposta que surge para Educação Profissional; há uma preocupação dos governos com a Educação Profissional na Rede Estadual?

Como consequência, à problematização: “*como se configuraram as propostas e as ações dos governos do Estado do Rio Grande do Sul para a Educação Profissional, no período compreendido entre os anos de 1971 a 2021?*”.

O estudo foi através da pesquisa e análise documental nos *Planos de Governos* e nas *Mensagens* endereçadas à Assembleia Legislativa, onde, no primeiro, se verificou as propostas com relação à Educação Profissional, no segundo, as ações desenvolvidas pelo Governo estudado.

Por “proposta”, tem-se o entendimento, na língua portuguesa, de algo que se *propõe fazer*, mas não bastava somente conhecer quais propostas foram desenvolvidas, mas também as “ações”, isto é, o que *se fez* com relação às propostas oferecidas pelos candidatos ao Governo do Estado à época.

O objetivo foi o de analisar as propostas e as ações dos governos do Estado do Rio Grande do Sul (RS) para a Educação Profissional, no período compreendido entre os anos de 1971 a 2021.

O Estado do Rio Grande do Sul, no quesito eleição para governador, não apresenta histórico de reeleição, com isso, cada governo estudado, teve sua proposta e ações de acordo com a política que estava inserido o governante e, “as diferentes disputas enfrentadas no plano das políticas que se configuram pela troca de gestores, descontinuidade dos programas, troca de fundamentos, falta de acompanhamento”, entre outros, ou seja da dialética das disputas (MARASCHIN, 2019, p.27), que expressam a “oposição e luta entre concepções e sentidos diferentes”(idem, p.26), nos oferecem um leque diversificado de ações e de propostas se observarmos sob ótica do partido político e da influência da proposta política do Governo Federal.

Encontro Nacional de Educação (ENACED) e Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)

XXII ENACED – II SIEPEC

Percebeu-se a necessidade de conhecer a história da Educação Profissional no Brasil e, principalmente, no RS, como também, contextualizar essas propostas e essas ações que conheceremos através da historicidade e, igualmente, compreender como se constituiu a política e a oferta da Educação Profissional nos governos estudados.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto ao método foi a Pesquisa Documental e à técnica utilizada, foi a Análise Documental nos registros impressos, ou seja, nos *Planos de Governos* dos candidatos eleitos aos Governos do Estado, no período de 1971 a 2021 e, também, nas *Mensagens* encaminhadas pelos governadores à Assembleia Legislativa, por força de Lei.

Escolheu-se o documento *Plano de Governo* por ser documento obrigatório a todo(a) candidato(a) que desejasse concorrer ao pleito eleitoral; por ser público e de fácil acesso virtual, uma vez que, devido a pandemia e medidas cautelares de prevenção epidemiológica, preferiu-se fazer uso do material digital, geralmente na versão PDF, para pesquisar. Quanto às *Mensagens* encaminhadas para a Assembleia Legislativa, também são documentos obrigatório, pois *conforme o artigo 82, inciso IX, da Constituição Estadual do Estado do RS: “prestar à Assembleia Legislativa, até 15 de abril de cada ano, as contas referentes ao exercício anterior e apresentar-lhe os relatórios de atividades do Poder Executivo, em sessão pública”*, documentos estes, de fácil acesso digital, no formato PDF.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As principais impressões, através da pesquisa e análise documental nos *Planos de Governo* e nas *Mensagens* à Assembleia Legislativa do RS, são de que nos governos sob Regime Civil e Militar (Euclides Triches, Sinval Guazzelli, Amaral de Souza e Jair Soares) houve a tentativa de manter total aderência às políticas relacionadas ao governo federal e a educação é vista como investimento sob ponto de vista econômico; os efeitos da escolarização sobre a produtividade da força-de-trabalho e os projetos e programas para a Educação Profissional estavam intimamente relacionados às necessidades quantitativas e qualitativas dos setores econômicos; nos governos civis (Pedro Simon, Antônio Britto, Germano Rigotto, Yeda Crusius, Ivo Sartori e Eduardo Leite), de forma geral, procuraram desenvolver ações voltadas para o desenvolvimento econômico e alguns deles não há referência, por exemplo, no *Plano de Governo*, da expressão Educação Profissional, ficando evidente que, nesses

Encontro Nacional de Educação (ENACED) e Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)

XXII ENACED – II SIEPEC

governos, a Educação Profissional não foi prioridade no processo de elaborar o plano, embora nas *Mensagens* foi realizado ações e criado, inclusive regulamentações para oferta da Educação Profissional na Rede de Educação como, por exemplo, a criação da Superintendência da Educação Profissional do Estado, embora a linha dos governos estavam intimamente relacionados a privatizações e incentivo a participação de capital privado.

Já ,nos governos populares, (Alceu Collares, Olívio Dutra e Tarso Genro), foi possível identificar aproximação com a classe trabalhadora e o incentivo para a profissionalização, e criação de programa e projetos, como, por exemplo, a construção de Centros Profissionalizantes, sem, contudo, deixar de registrar a necessidade de qualificação profissional para atender ao mercado de trabalho e ao desenvolvimento econômico do Estado. Percebeu-se, nos trezes governos no qual foram analisados os *Planos de Governo*, que não há referência à política específica para a oferta da Educação Profissional na Rede Estadual de Educação, embora, nas *Mensagens*, as ações comprovam que houve programas e projetos de aleatórios, de acordo com a proposta política do governo, para oferta da Educação Profissional na Rede.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação ao estudo, foi possível o entendimento de que, de 1971 a 2021, as propostas e as ações com relação à oferta da Educação Profissional, na Rede Estadual, foram motivadas pelo cumprimento da Obrigação de Fazer imposta a responsabilização do governante, à época, ou seja, se era interesse do governo em razão da perfeita consonância com o governo federal ou com a classe trabalhadora era ofertada, sem proposta específica, posto que não se observou continuidade nas ações com a troca de governadores.

Nos governos sob regime militar, com a edição da Lei 5692/71, houve a modificação do ensino de 2º grau para profissionalizante, transformando o cenário educacional devido a sua obrigatoriedade. Em razão dessa Lei intempestiva, foi sendo projetado um Ensino Profissionalizante com muitas falhas e problemas.

Observou-se que, no decorrer do tempo, houve a preocupação de alguns governos estaduais, visando a oferta de uma educação que alcançasse a todos os estudantes, principalmente àqueles que não tinham condições financeiras, de incluírem para os inscritos na Rede Estadual de Educação, atendimento odontológico, psicológico e psiquiátrico, material escolar, transporte e alimentação. No decorrer dos anos e dos governos, vários atendimentos deixaram de existir e, alguns modificados, como por exemplo, o transporte escolar (somente

XXII ENACED – II SIEPEC

para alunos do interior) e o repasse de verbas públicas para merenda escolar para todas as escolas estaduais, entre outros.

É possível considerar que várias políticas educacionais de governo foram implantadas no decorrer do tempo. No entanto, nos governos estaduais, não houve referência a uma política de Educação Profissional, e sim desenvolvimento de programas e projetos, como também o desenvolvimento de políticas de educação provocadas pelo governo federal, em vários momentos da história Administrativa do Estado do RS. Podemos também considerar, que a Educação Profissional é associada ao desenvolvimento econômico, nos governos capitalistas, de direita e centro; já nos governos populares, passa a ser pensada, através da Administração dentro de um contexto de Gestão Democrática, numa Educação Profissional que se preocupa com a qualidade do que oferece ao trabalhador e trabalhadora, com relação a sua promoção pessoal e de seus familiares

Na Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul, a Educação Profissional, sob responsabilidade da Superintendência da Educação Profissional do Estado do Rio Grande do Sul, a oferta é para Educação Técnica de Nível Médio, que pode ser *Integrada ao Ensino Médio* ou de forma *Subsequente*. E, embora existam 157 escolas da Rede Estadual, não há uma política específica. Observou-se que ,nas Mensagens analisadas, na maioria dos governos, foi utilizado como referência de oferta de Educação Profissional, inclusive, de forma detalhada, a Fundação Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha que, embora regida pelo direito privado, apresenta *status quo* de escola pública e técnica.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, L. A., Oto Shiroma, E., & Coan, M. (2012). As políticas públicas para a Educação Profissional e tecnológica: **sucessivas reformas para atender a quem**. Boletim Técnico Do Senac, 38(2), 27-40. Recuperado de: Acesso em: 04 dez 2021.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CELLARD, A. A análise documental. In POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoque epistemológico e metodológico/** Tradução Ana Cristina Nasser. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa; tradução Joice Elias Costas - 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009, 405p.

FERREIRA, Liliana Soares.et al. Educação Profissional e tecnológica: **cenários e perspectivas**. Curitiba, CRV, 2020 266p.

Encontro Nacional de Educação (ENACED) e Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)

XXII ENACED – II SIEPEC

FERREIRA, Liliana Soares. Educação Profissional e Tecnológica no Rio Grande do Sul. Curitiba, CRV, 2020

MARASCHIN, Mariglei Severo. Desafios da Educação Profissional: **por um trabalho pedagógico no Ensino Médio Integrado**. Revista de Ciência e Inovação, v. 1, p. 43, 2016.

_____. Trabalho Pedagógico na Educação Profissional: **O proeja entre disputas, políticas e experiências**, 1ª ed., Curitiba, Appris Editora, 2019, 319p.

MENSAGEM A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA (1971 a 2021)

<www.planejamento.rs.gov.br>

PLANOS DE GOVERNO (EUCLIDES TRICHES A TARSO GENRO)
DE 1950 a 2014

<https://planejamento.rs.gov.br/undefinedplanos-de-governo-periodo-1950-2014>

PLANO DE GOVERNO JOSE IVO SARTORI

https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/RS/2022802018/210000606873/proposta_1534523287231.pdf

PLANO DE GOVERNO EDUARDO LEITE

https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/central/2018/BR/RS/2022802018/210000622367/proposta_1534355431161.pdf

RIO GRANDE DO SUL. [Constituição (1989)]. **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul**. 4. ed. atual. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1995.